



Deliberação n.º 05/CG/2016

Em conformidade com a alínea h) do no n.º 2 do artigo 18.º dos *Estatutos da Universidade de Aveiro*, homologados pelo Despacho Normativo n.º 18-A/2009, de 30 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 93, 2ª Série, de 14 de Maio, e alterados conforme Despacho Normativo n.º 23/2012, de 19 de outubro, publicado no *Diário da República* n.º 208, 2.ª Série, de 26 de outubro, o Conselho Geral, na reunião realizada em 22 de abril de 2016, sob proposta do Senhor Reitor, conforme proposta anexa, e em cumprimento da lei, tomou conhecimento de que a **alínea a) do n.º 1 da Deliberação n.º 03/CG/2016**, foi revertida, passando o valor da propina para o ano letivo de 2016/2017, para cursos de 1.º ciclo, mestrado integrado e 2.º ciclo, a ser de 1.063,47€ (mil e sessenta e três euros e quarenta e sete cêntimos).

Publicite-se nos termos legais aplicáveis.

Universidade de Aveiro, 22 de abril de 2016.

O Presidente do Conselho Geral da Universidade de Aveiro,

Eduardo Marçal Grilo.

A Secretária do Conselho Geral,

Elisabete F. Simões Vieira



Fixação das propinas devidas pelos estudantes no ano letivo 2016/2017

Proposta de alteração

Considerando que o Conselho Geral deliberou, na reunião realizada em 24 de fevereiro de 2016, fixar as propinas devidas pelos estudantes para o ano letivo 2016/2017 nos termos que constam da Deliberação n.º 03/CG/2016;

Considerando que, nos termos dessa Deliberação, as propinas devidas pelos estudantes inscritos em cursos de 1.º ciclo, mestrado integrado e 2.º ciclo, foram fixadas em 1068,47€ (mil e sessenta e oito euros e quarenta e sete cêntimos), valor máximo legal para o ano letivo em questão, de acordo com comunicação da Direção-Geral do Ensino Superior, com data de 5 de fevereiro de 2016;

Considerando que, posteriormente, a Assembleia da República aprovou a Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, referente ao Orçamento de Estado para 2016 (LOE), publicada no Diário da República, 1.ª Série, n.º 62;

Considerando que o artigo 125.º da LOE consagra, para o ano letivo 2016/2017, e como medida excepcional, a suspensão da *“aplicação do regime de atualização constante da parte final do n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis n.os 49/2005, de 30 de agosto, e 62/2007, de 10 de setembro, mantendo-se em vigor os valores mínimo e máximo da propina fixados para o ano letivo de 2015/2016”*;

E considerando que, em decorrência, o valor máximo a que se refere o parágrafo anterior se mantém em 1063,47€ (mil e sessenta e três euros e quarenta e sete cêntimos), valor inferior ao fixado pelo Conselho Geral através da referida Deliberação,

No exercício da competência consagrada na alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º dos *Estatutos proponho, ao Conselho Geral, a seguinte alteração à alínea a) do n.º 1 da Deliberação n.º 03/CG/2016:*

“1. A fixação do valor da propina devida pelos estudantes, para o ano letivo 2016/2017, nos seguintes termos:

a) para cursos de 1.º ciclo, mestrado integrado e 2.º ciclo, **1063,47€ (mil e sessenta e três euros e quarenta e sete cêntimos);**”

11 de abril de 2016.

O Reitor,

Prof. Doutor Manuel António Assunção.